

Síntese das Notas Técnicas de Avaliação e Projeção de Receitas

Retrospectiva

O ano de 2010 foi marcado pelo forte aquecimento da demanda interna por conta da expansão da massa salarial e do crédito. Por um lado, essa dinâmica pressionou a inflação e intensificou o déficit em transações correntes durante todo ano; por outro, permitiu que o Brasil tivesse a capacidade de gerar mais de dois milhões de empregos formais no ano, isso já considerando as tradicionais demissões líquidas de dezembro.

Neste contexto, contrariando o comportamento sazonal de arrefecimento da economia no fim do ano, a produção na indústria brasileira registrou avanço – principalmente pela produção de bens de consumo.

No Estado do Rio de Janeiro o cenário mostrou-se ainda mais favorável, pois a produção industrial fluminense cresceu acima da média nacional. O incremento observado em outubro do ano passado ocorreu em dez de seus doze subsectores, implicando saldo positivo das contratações líquidas em onze deles. O câmbio favorável para o importador impulsionou, sobretudo, a arrecadação de ICMS, dado o aquecimento das atividades navais e petrolíferas no exercício.

Abaixo encontra-se análise do comportamento da receita, realizada em comparação as metas fixada na Resolução Sefaz N° 276 do dia 03 de fevereiro de 2010 (DO de 04/02/2010).

Tabela 1 - Avaliação de Metas de Arrecadação

R\$ Milhões

Receita	METAS	RECEITA REALIZADA	Δ Absoluta	Δ %
IRRF	1.416	1.491	75	5,3%
IPVA	1.212	1.417	205	16,9%
ITD	283	464	181	63,8%
FECF	2.166	2.253	87	4,0%
ICMS	20.201	22.113	1.912	9,5%
Receita Financeira	331	479	148	44,8%
FPE	762	745	(17)	-2,2%
IPI	513	582	69	13,4%
Demais Transf. União	1.395	1.202	(193)	-13,8%
Lei Kandir	86	86	0	0,0%
Multas e Juros	258	630	372	143,8%
<i>M.J. Tributos</i>	179	257	79	44,1%
<i>M.J. Dív. Ativa</i>	30	298	269	904,7%
<i>M.J. Outros</i>	50	75	24	48,5%
Dívida Ativa	127	657	530	417,5%
Operações de crédito	1.856	1.295	(560)	-30,2%
Alienação bens	100	46	(54)	-54,0%
Receita Intra-Orçamentária	1.783	2.008	225	12,6%
Outros	8.680	8.845	165	1,9%
Subtotal	41.169	44.315	3.146	7,6%
Royalties	5.508	5.768	260	4,7%
Acerto de Marlin		641	641	
CIDE	65	90	25	38,1%
Total	46.743	50.814	4.071	8,7%

FONTE: SIG/SIAFEM

POSIÇÃO:31/03/11

1. **IRRF** – Por conta do aumento da folha de pagamento do Estado a receita aumentou 5,3% (+R\$75 milhões).
2. **IPVA** – A receita de R\$1.417 milhões ficou R\$ 205 milhões acima da meta (16,9%), que havia sido estabelecida em função da queda no preço médio dos automóveis (Tabela da FIPE); e a redução da alíquota do imposto, de 4% para 3% para os veículos *flex* (Lei 5653 de 06/01/2010).
3. **ITD** – A receita cresceu R\$ 181 milhões acima do valor fixado no DO. O aumento refletiu os esforços para o cruzamento de informações sobre doações, principalmente em dinheiro, declaradas no Imposto de Renda de Pessoa Física, realizado no primeiro bimestre de 2010, mediante convênio com a Receita Federal do Brasil. Além da regularização dos referidos débitos, o acréscimo levou em conta o advento do Refis Estadual (Lei 5.647/10) que possibilitou parcelamentos de ITD ao longo de 2010, implicando aumento de receita do ITD para este ano.
4. **FECF** – Aumento de R\$ 87 milhões (+4,0%) em relação à meta. Ressalte-se que o desempenho do FECF não vem acompanhando o de ICMS, pois sua arrecadação está concentrada nos setores de Energia e Telecomunicações, cujos reajustes ficaram abaixo do acréscimo de ICMS no geral, tais como: Energia (2,8% de reajuste) e Telecomunicações (0,4% de reajuste) – reunião do COPOM de dezembro (BACEN);
5. **ICMS** – foram arrecadados R\$ 1.912 milhões (+ 9,5%) acima do previsto. Este incremento está relacionado ao aquecimento da economia fluminense e às diversas ações, a saber:
 1. Realização de operações de fiscalização, sobretudo no setor de Mercados, Lojas e Magazines.
 2. Controle das informações fornecidas pelas administradoras de cartões de crédito/débito, ao amparo da Lei 5.075/2007.
 3. O sucesso da implementação do Emissor de Cupom Fiscal (ECF)
 4. CUPOM MANIA
 5. Refis Estadual (Lei 5.647/10)
 6. Intensificação das Barreiras fiscais;
6. **Royalties** – Aumento de (+R\$ 901 milhões) em relação ao esperado, incluindo o acerto de Marlim. O aumento do preço do barril no mercado internacional, que sofreu uma valorização de 28,95% contribuiu para que esta receita apresentasse desempenho tão favorável.

Impactaram negativamente a valorização cambial (-11,88%) e a produção de petróleo e gás natural com queda de 1,55% e 2,96% respectivamente.
7. **Receita Financeira** – Em relação à meta projetada o aumento foi de R\$148 milhões (+44,8%) em função de fatores como: elevação contínua da taxa SELIC ao longo do ano (CDI, benchmark dos fundos); bom desempenho dos fundos;

alocação de recursos (manejo de caixa); saldo em caixa e mudança na regra de aplicação da conta centralizadora.

- 8. FPE**– A receita realizada de FPE teve redução de R\$17 milhões em relação ao valor estabelecido, o que representa queda de 2,2%. Este comportamento se explica pela frustração nos repasses do governo Federal. No entanto, cabe destacar que houve um aumento da receita de FPE em relação a 2009 (+7,81%).
- 9. IPI-Exp** – foram executados R\$69 milhões acima do previsto (+13,4%). Este acréscimo é reflexo do bom desempenho da indústria nacional no ano de 2010.
- 10. Dívida ativa** – A dívida ativa teve aumento de R\$530 milhões (+417,5%) em relação à meta fixada, estando concentrada no ICMS. A melhora na arrecadação foi decorrente do esforço de reforço contínuo na cobrança dos créditos tributários associado à aprovação do REFIS Estadual.
- 11. Multas e Juros de Mora** – elevação de R\$372 milhões (+143,8%) em relação à previsão. Esta alta está associada a Multas do IPVA e Multas da Dívida Ativa referente ao IPVA e ICMS. Este desempenho é reflexo da política atual de fiscalização do ERJ, em parte por causa da ênfase na atuação via barreiras fiscais e nos programas de fiscalização, principalmente pelo cupom fiscal e nota eletrônica.
- 12. Operações de Crédito** – As receitas com operações de crédito foram R\$560 milhões (-30,2%) mais baixas do que a meta estabelecida por conta de atraso nas contrações.

George Santoro
Subsecretário de Política Fiscal